

## Contas Nacionais Trimestrais Por Sector Institucional (Base 2006)

3º Trimestre de 2012

### **Necessidade de financiamento da economia reduz-se significativamente**

No ano terminado no 3º trimestre de 2012, a necessidade de financiamento da economia, em percentagem do PIB, diminuiu para 0,7% (2,1% no ano acabado no trimestre anterior).

No setor das famílias<sup>1</sup>, verificou-se um aumento da capacidade de financiamento de 5,0% para 5,9% do PIB. Esta evolução esteve sobretudo associada ao crescimento da poupança corrente. Efetivamente, a taxa de poupança das famílias aumentou para 11,2%, mais 1,1 pontos percentuais (p.p.) que no ano acabado no 2º trimestre, devido sobretudo à forte redução do consumo.

A necessidade de financiamento das sociedades não financeiras diminuiu 0,6 p.p., para 3,7% do PIB, refletindo em larga medida a contração do investimento e a redução das remunerações pagas. As sociedades financeiras registaram uma capacidade de financiamento de 0,6% do PIB, saldo inferior em 0,2 p.p. ao do trimestre anterior.

Nos três primeiros trimestres de 2012, a necessidade de financiamento das Administrações Públicas situou-se em 5,6% do PIB, contra 6,7% no mesmo período do ano anterior.

Os custos de trabalho por unidade produzida na economia acentuaram a sua redução em consequência dos efeitos conjugados da diminuição da remuneração média por trabalhador e do aumento da produtividade aparente.

Os resultados apresentados correspondem à versão preliminar das Contas Trimestrais por Setor Institucional (CTSI), relativas ao 3º trimestre de 2012.

Para eliminar flutuações sazonais e reduzir o efeito de oscilações irregulares, salvo indicação em contrário, a análise descritiva e os gráficos que a seguir se apresentam referem-se ao ano acabado no trimestre de referência. Na comparação de trimestres consecutivos são, em regra, utilizadas taxas de variação em cadeia entre o ano acabado em cada trimestre e o ano acabado no trimestre precedente.

Com as CTSI são também apresentadas as Contas Anuais por Setor Institucional, versão final 2010.

Além dos quadros em anexo, na área de Contas Nacionais do Portal do INE, é possível aceder a informação adicional.

#### **A necessidade de financiamento da economia diminuiu para 0,7% do PIB**

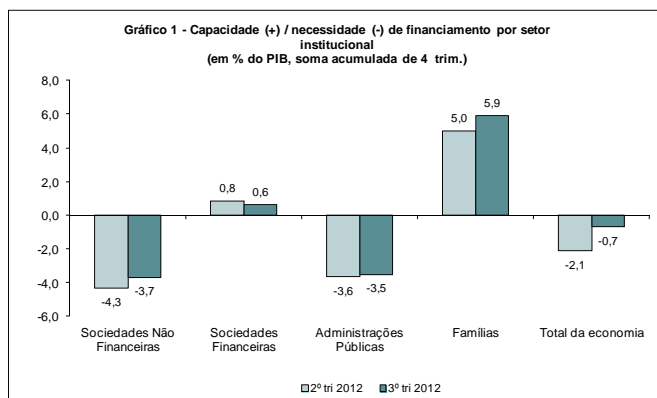
No 3º trimestre de 2012, a necessidade de financiamento da economia diminuiu para 0,7% do Produto Interno Bruto (PIB), menos 1,4 pontos percentuais (p.p.) que no ano acabado no trimestre anterior. Esta evolução refletiu essencialmente o comportamento do saldo externo de bens e serviços, tendo as importações diminuído 1,5%, enquanto as exportações aumentaram 0,9%. No conjunto dos três primeiros trimestres a necessidade de financiamento da

<sup>1</sup> Incluindo Instituições sem Fim Lucrativo ao Serviço das Famílias.  
Contas Nacionais – 3º trimestre de 2012

economia fixou-se igualmente em 0,7% do PIB enquanto, no período homólogo de 2011, se situou em 7,2% do PIB.

A necessidade de financiamento das Administrações Públicas (AP) passou de 3,6% no ano acabado no 2º trimestre de 2012, para 3,5% do PIB no 3º trimestre de 2012. Ambos os resultados refletem ainda o impacto da transferência de caráter extraordinário dos fundos de pensões de instituições financeiras realizada no 4º trimestre de 2011. Efetivamente, tomando como referência o valor acumulado dos três primeiros trimestres de 2012, a necessidade de financiamento das AP representou 5,6% do PIB, menor em 1,1 p.p. que o verificado no mesmo período do ano anterior. Para o conjunto dos restantes setores internos, a capacidade de financiamento situou-se em 2,8% do PIB no 3º trimestre de 2012, o que compara com uma necessidade de financiamento de 1,5% no ano terminado no trimestre anterior. Esta evolução positiva resultou, essencialmente, dos comportamentos observados nos setores das Famílias e das Sociedades Não Financeiras (SNF). Pela mesma ordem, os saldos daqueles setores melhoraram 0,9 p.p. e 0,6 p.p. do PIB no ano terminado no 3º trimestre de 2012.

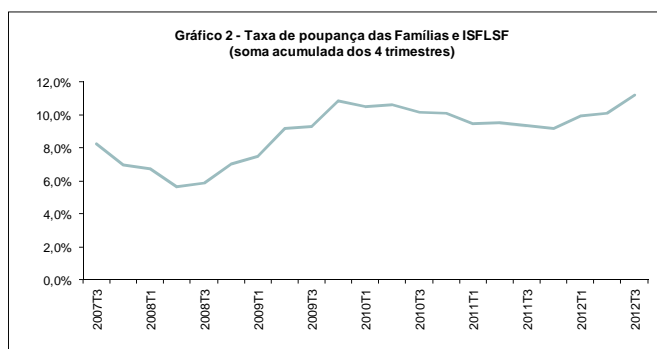
A capacidade de financiamento do sector das sociedades financeiras diminuiu 0,2 p.p. do PIB, para 0,6% do PIB.



### **Famílias: taxa de poupança aumentou para 11,2% do rendimento disponível**

A capacidade de financiamento das famílias aumentou 0,9 p.p. no 3º trimestre de 2012, para 5,9 % do PIB, traduzindo a redução do investimento e, sobretudo, o aumento da poupança corrente.

A taxa de poupança das Famílias fixou-se em 11,2% do rendimento disponível, o que representou um aumento de 1,1 p.p. relativamente ao ano terminado no trimestre anterior.



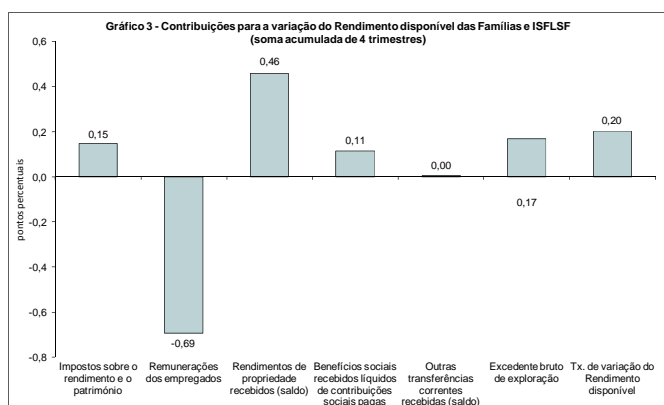
O aumento da poupança refletiu a redução de 1,0% da despesa de consumo final das Famílias, enquanto o rendimento disponível aumentou ligeiramente (0,2%). Em termos das componentes do rendimento disponível é de destacar a redução de 1,0% das remunerações recebidas, ainda assim menos intensa que a verificada no trimestre anterior, em que a variação foi -2,4%,

explicada pelo não pagamento do subsídio de férias pelas unidades do setor das AP e em empresas públicas classificadas nos setores das Sociedades.

A diminuição das remunerações pagas foi extensiva a todos os setores institucionais da economia portuguesa, embora com diferente intensidade. O setor das AP registou uma diminuição das remunerações de 1,4% (variação de 6,8% no trimestre anterior), enquanto para o total das sociedades a redução foi de 1,0%.

A redução das remunerações recebidas pelas Famílias foi mais que compensada pelo aumento de outras componentes do rendimento disponível, sendo de destacar o aumento do saldo dos rendimentos de propriedade (ver gráfico seguinte).

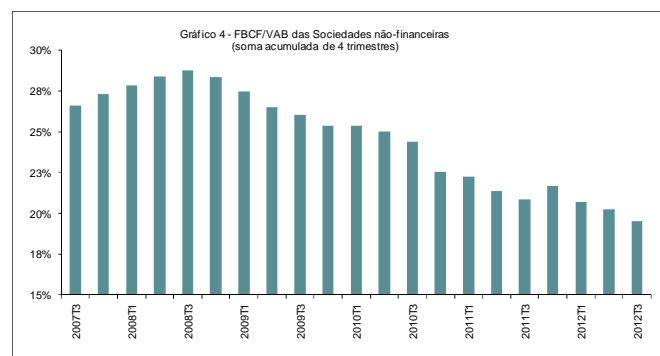
As prestações sociais recebidas pelas Famílias diminuíram menos que as contribuições sociais pagas, resultando num aumento de 1,5% dos benefícios sociais líquidos.



### Sociedades Não Financeiras: FBC diminuiu 3,7% no ano terminado no 3º trimestre de 2012

A necessidade de financiamento das sociedades não financeiras diminuiu 0,6 p.p., fixando-se em 3,7% do

PIB. Esta diminuição refletiu essencialmente a contração da formação bruta de capital (FBC), que diminuiu 3,7%, e a diminuição de 1,0% das remunerações pagas. A taxa de investimento (medida pelo rácio entre a formação bruta de capital fixo e o valor acrescentado bruto) manteve a tendência decrescente, atingindo 19,5% no ano acabado no 3º trimestre de 2012 (20,2% no trimestre anterior). Para a melhoria da necessidade de financiamento deste setor contribuiu também a diminuição do imposto sobre o rendimento (-9,2%).



### Sociedades Financeiras: rendimentos de propriedade recebidos diminuem 4,9%

No ano acabado no 3º trimestre de 2012, o setor das Sociedades Financeiras registou uma capacidade de financiamento de 0,6% do PIB. Relativamente ao trimestre anterior, aquele resultado representou uma deterioração de cerca de 0,2 p.p.. Na origem da diminuição da capacidade de financiamento deste setor esteve a forte redução dos rendimentos de propriedade recebidos pelo setor (-4,9%). Pelo mesmo motivo, a poupança corrente registou uma diminuição de -5,8% no ano terminado no 3º trimestre de 2012.

### **Sector das Administrações Públicas: défice reduz-se 0,1 p.p.**

A necessidade de financiamento do sector das Administrações Públicas (AP) registou uma melhoria de 0,1 p.p. no ano terminado no 3º trimestre de 2012, relativamente ao ano terminado no trimestre anterior, atingindo 3,5% do PIB. Esta melhoria traduziu uma redução mais acentuada na despesa do que a verificada na receita (ver Quadros 1 e 2).

Tomando como referência valores acumulados dos três primeiros trimestres de 2012 (ver Quadro 3), o saldo situou-se em -6929 milhões de euros, correspondendo a -5,6% do PIB (-8528 milhões de euros no período homólogo de 2011, -6,7% do PIB).

A evolução da receita foi essencialmente afetada pela redução significativa dos impostos e das contribuições sociais. Efetivamente, as contribuições sociais diminuíram 6,8%, os impostos sobre o rendimento e património reduziram-se em 5,6% e os impostos sobre a produção e a importação diminuíram 4,9%.

Do lado da despesa, verificou-se uma redução da despesa corrente, em larga medida associada à diminuição acentuada das despesas com o pessoal (13,3%). Esta redução refletiu sobretudo a supressão do subsídio de férias no final do primeiro semestre de 2012, e, em menor grau, a variação do emprego<sup>2</sup>. Em sentido oposto, é de destacar o crescimento da despesa com juros (10,1%).

É de referir que a redução significativa da despesa de capital resultou não só de uma diminuição da Formação Bruta de Capital Fixo mas também do registo da receita do leilão de atribuição dos direitos de utilização de frequências da 4.ª geração móvel, contabilizada como uma venda na rubrica Aquisições líquidas cessões ativos não financeiros não produzidos, incluída no investimento (ver quadros seguintes).

---

<sup>2</sup> Segundo a Síntese Estatística do Emprego Público do 3.º trimestre 2012 da Direção-Geral da Administração e do Emprego Público, o emprego das AP, no final de setembro de 2012, situava-se nos 581 444 postos de trabalho, menos cerca de 22,8 milhares que o trimestre anterior. Esta tendência é também evidenciada pela informação recolhida pelo INE junto da Caixa Geral de Aposentações e da Segurança Social.

**Quadro 1: Receitas e Despesas do sector das Administrações públicas no ano acabado no trimestre**

unidade: 10<sup>6</sup> euros

	2011T1	2011T2	2011T3	2011T4	2012T1	2012T2	2012T3
<b>Receitas totais</b>	<b>72.686,4</b>	<b>72.729,4</b>	<b>73.425,5</b>	<b>76.916,3</b>	<b>76.578,5</b>	<b>76.167,1</b>	<b>75.212,5</b>
Receita corrente	67.726,2	67.764,4	68.483,4	69.275,3	68.981,7	68.364,6	67.352,2
Impostos sobre o rendimento e património	15.747,2	15.625,8	16.076,3	16.962,6	16.853,3	16.917,0	16.306,5
Impostos sobre a produção e importação	23.140,4	23.400,5	23.556,3	23.389,8	23.060,3	22.839,7	22.547,6
Contribuições sociais	21.209,5	21.215,3	21.167,8	20.926,9	20.776,3	20.250,2	19.889,2
Vendas	4.415,1	4.409,8	4.408,0	4.416,8	4.472,6	4.630,8	4.721,9
Outras receitas correntes	3.214,0	3.113,0	3.274,9	3.579,2	3.819,2	3.726,9	3.887,1
Receitas de capital	4.960,1	4.965,0	4.942,1	7.641,0	7.596,8	7.802,6	7.860,3
<b>Despesas totais</b>	<b>89.008,8</b>	<b>88.066,2</b>	<b>87.203,9</b>	<b>84.422,5</b>	<b>84.213,6</b>	<b>82.325,6</b>	<b>81.119,8</b>
Despesa corrente	78.942,2	78.418,4	77.958,4	77.588,9	77.815,0	76.708,8	76.219,4
Prestações sociais	37.818,7	37.575,1	37.454,1	37.623,9	37.924,2	38.077,1	37.730,8
Despesas com pessoal	20.836,3	20.415,0	19.948,4	19.425,7	19.102,7	17.809,8	17.565,5
Juros	5.248,5	5.779,0	6.352,8	6.911,2	7.246,8	7.401,8	7.411,1
Consumo intermédio	8.964,3	8.529,2	8.351,3	8.019,1	8.127,2	8.001,9	8.089,0
Subsídios	1.277,1	1.222,2	1.142,3	1.198,9	1.084,7	1.051,5	1.028,1
Outra despesa corrente	4.797,3	4.898,0	4.709,5	4.410,2	4.329,4	4.366,7	4.394,8
Despesa de capital	10.066,6	9.647,8	9.245,5	6.833,6	6.398,6	5.616,8	4.900,5
Investimento <sup>(1)</sup>	6.360,0	6.352,4	6.046,7	4.402,5	4.386,8	3.724,4	3.018,9
Outra despesa de capital	3.706,5	3.295,4	3.198,8	2.431,1	2.011,8	1.892,3	1.881,6
<b>Saldo corrente</b>	<b>-11.216,0</b>	<b>-10.654,0</b>	<b>-9.475,0</b>	<b>-8.313,7</b>	<b>-8.833,3</b>	<b>-8.344,2</b>	<b>-8.867,1</b>
<b>Saldo total</b>	<b>-16.322,4</b>	<b>-15.336,8</b>	<b>-13.778,4</b>	<b>-7.506,2</b>	<b>-7.635,1</b>	<b>-6.158,4</b>	<b>-5.907,3</b>
<i>Por Memória:</i>							
Despesa corrente primária	73.693,68	72.639,48	71.605,59	70.677,76	70.568,15	69.306,94	68.808,28
Produto Interno Bruto, a preços de mercado	172.852,20	172.665,80	171.985,10	171.039,90	170.821,80	168.870,40	167.897,30
Défice em % PIB	-9,4%	-8,9%	-8,0%	-4,4%	-4,5%	-3,6%	-3,5%

**Quadro 2: Taxas de variação das Receitas e Despesas do sector das Administrações públicas ao ano acabado no trimestre**

taxas de variação (%)

	2011T1	2011T2	2011T3	2011T4	2012T1	2012T2	2012T3
<b>Receitas totais</b>	<b>1,0</b>	<b>0,1</b>	<b>1,0</b>	<b>4,8</b>	<b>-0,4</b>	<b>-0,5</b>	<b>-1,3</b>
Receita corrente	1,0	0,1	1,1	1,2	-0,4	-0,9	-1,5
Impostos sobre o rendimento e património	3,4	-0,8	2,9	5,5	-0,6	0,4	-3,6
Impostos sobre a produção e importação	0,4	1,1	0,7	-0,7	-1,4	-1,0	-1,3
Contribuições sociais	-0,3	0,0	-0,2	-1,1	-0,7	-2,5	-1,8
Vendas	1,7	-0,1	0,0	0,2	1,3	3,5	2,0
Outras receitas correntes	0,8	-3,1	5,2	9,3	6,7	-2,4	4,3
Receitas de capital	1,0	0,1	-0,5	54,6	-0,6	2,7	0,7
<b>Despesas totais</b>	<b>0,0</b>	<b>-1,1</b>	<b>-1,0</b>	<b>-3,2</b>	<b>-0,2</b>	<b>-2,2</b>	<b>-1,5</b>
Despesa corrente	-0,2	-0,7	-0,6	-0,5	0,3	-1,4	-0,6
Prestações sociais	-0,3	-0,6	-0,3	0,5	0,8	0,4	-0,9
Despesas com pessoal	-1,5	-2,0	-2,3	-2,6	-1,7	-6,8	-1,4
Juros	7,3	10,1	9,9	8,8	4,9	2,1	0,1
Consumo intermédio	0,5	-4,9	-2,1	-4,0	1,3	-1,5	1,1
Subsídios	-1,3	-4,3	-6,5	5,0	-9,5	-3,1	-2,2
Outra despesa corrente	-1,8	2,1	-3,8	-6,4	-1,8	0,9	0,6
Despesa de capital	1,7	-4,2	-4,2	-26,1	-6,4	-12,2	-12,8
Investimento <sup>(1)</sup>	-3,2	-0,1	-4,8	-27,2	-0,4	-15,1	-18,9
Outra despesa de capital	11,4	-11,1	-2,9	-24,0	-17,2	-5,9	-0,6

<sup>(1)</sup> Inclui Formação bruta de capital e Aquisições líquidas cessões activos não financeiros não produzidos

Quadro 3: Receitas e Despesas do sector das Administrações públicas

	1º - 3º trimestre 2011		1º - 3º trimestre 2012		Taxas de variação homóloga (%)
	milhões de euros	% PIB	milhões de euros	% PIB	
<b>Receitas totais</b>	<b>50.689,5</b>	<b>39,9</b>	<b>48.985,7</b>	<b>39,5</b>	<b>-3,4</b>
Receita corrente	49.750,5	39,1	47.827,5	38,6	-3,9
Impostos sobre o rendimento e património	11.819,7	9,3	11.163,6	9,0	-5,6
Impostos sobre a produção e importação	17.296,3	13,6	16.454,1	13,3	-4,9
Contribuições sociais	15.160,9	11,9	14.123,1	11,4	-6,8
Vendas	2.954,4	2,3	3.259,5	2,6	10,3
Outras receitas correntes	2.519,3	2,0	2.827,2	2,3	12,2
Receitas de capital	939,0	0,7	1.158,2	0,9	23,4
<b>Despesas totais</b>	<b>59.217,7</b>	<b>46,6</b>	<b>55.915,0</b>	<b>45,1</b>	<b>-5,6</b>
Despesa corrente	55.249,6	43,5	53.880,0	43,4	-2,5
Prestações sociais	27.057,1	21,3	27.164,0	21,9	0,4
Despesas com pessoal	14.022,0	11,0	12.161,8	9,8	-13,3
Juros	4.973,5	3,9	5.473,4	4,4	10,1
Consumo intermédio	5.319,9	4,2	5.389,8	4,3	1,3
Subsídios	752,5	0,6	581,7	0,5	-22,7
Outra despesa corrente	3.124,6	2,5	3.109,2	2,5	-0,5
Despesa de capital	3.968,1	3,1	2.035,0	1,6	-48,7
Investimento <sup>(1)</sup>	2.947,5	2,3	1.563,9	1,3	-46,9
Outra despesa de capital	1.020,6	0,8	471,1	0,4	-53,8
<b>Saldo corrente</b>	<b>-5.499,1</b>	<b>-4,3</b>	<b>-6.052,5</b>	<b>-4,9</b>	<b>10,1</b>
<b>Saldo total</b>	<b>-8.528,2</b>	<b>-6,7</b>	<b>-6.929,4</b>	<b>-5,6</b>	<b>-18,7</b>

<sup>(1)</sup> Inclui Formação bruta de capital e Aquisições líquidas cessões activos não financeiros não produzidos

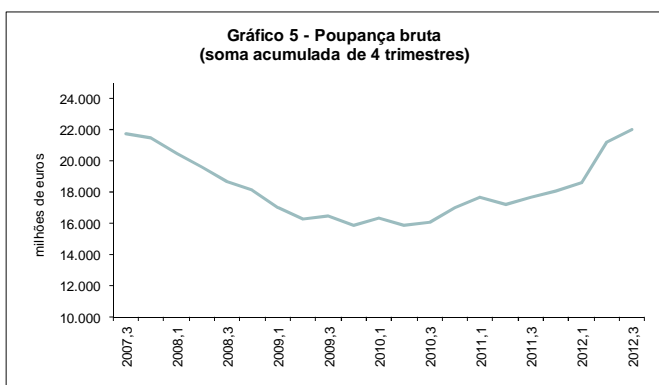
### Economia nacional: Rendimento Nacional Bruto diminui 0,4% no 3º trimestre de 2012

No ano terminado no 3º trimestre de 2012, o Rendimento Nacional Bruto (RNB) apresentou, em termos nominais, uma taxa de variação de -0,4%, superior em 0,2 p.p. à taxa de variação do PIB. Este comportamento refletiu uma ligeira melhoria do saldo dos rendimentos de propriedade com o exterior (juros e dividendos), que atenuou o efeito da variação negativa do PIB. Efetivamente, o saldo dos rendimentos de propriedade com o exterior atingiu -3,7% do PIB no 2º trimestre, menos 0,2 p.p. que no trimestre anterior.

Quadro 4: PIB, RNB e RDB no ano acabado no trimestre

ano acabado no trimestre	PIB		RNB		RDB	
	milhões de euros	taxa de variação em cadeia (%)	milhões de euros	taxa de variação em cadeia (%)	milhões de euros	taxa de variação em cadeia (%)
2007T2	165 578		160 633		162 310	
2007T3	167 533	1,2	162 440	1,1	164 220	1,2
2007T4	169 319	1,1	163 946	0,9	165 658	0,9
2008T1	170 358	0,6	164 730	0,5	166 397	0,4
2008T2	171 312	0,6	165 428	0,4	166 976	0,3
2008T3	172 148	0,5	165 918	0,3	167 582	0,4
2008T4	171 983	-0,1	165 836	0,0	167 636	0,0
2009T1	170 778	-0,7	164 246	-1,0	165 970	-1,0
2009T2	169 154	-1,0	162 501	-1,1	164 135	-1,1
2009T3	168 520	-0,4	162 242	-0,2	163 596	-0,3
2009T4	168 504	0,0	161 639	-0,4	162 800	-0,5
2010T1	169 492	0,6	162 920	0,8	164 028	0,8
2010T2	170 791	0,8	164 067	0,7	165 342	0,8
2010T3	172 264	0,9	165 134	0,7	166 535	0,7
2010T4	172 835	0,3	166 910	1,1	168 272	1,0
2011T1	173 082	0,1	167 467	0,3	168 975	0,4
2011T2	172 850	-0,1	166 252	-0,7	167 697	-0,8
2011T3	172 101	-0,4	165 966	-0,2	167 442	-0,2
2011T4	171 040	-0,6	164 563	-0,8	166 101	-0,8
2012T1	170 822	-0,1	163 925	-0,4	165 510	-0,4
2012T2	168 870	-1,1	163 557	-0,2	165 184	-0,2
2012T3	167 897	-0,6	162 870	-0,4	164 508	-0,4

O Rendimento Disponível Bruto (RDB) apresentou uma taxa de variação de -0,4% no 3º trimestre de 2012. A despesa de consumo final da economia (que engloba as despesas de consumo final das Famílias e das AP) registou um decréscimo de 1,1%, o que determinou um aumento de 4,1% da poupança bruta corrente da economia, como se observa no gráfico seguinte.



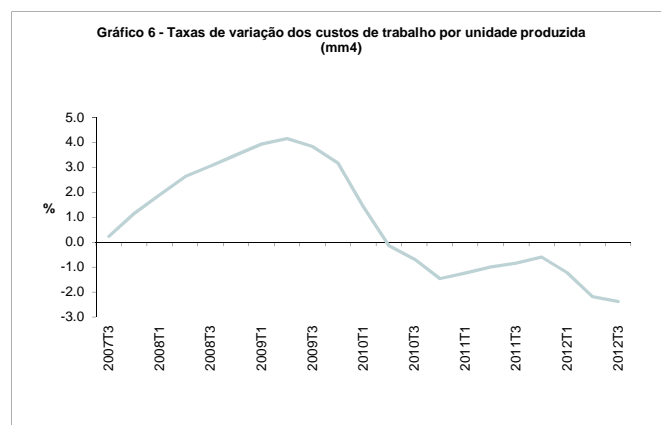
A FBC para o total da economia registou uma diminuição de 3,7% no 3º trimestre de 2012 (variação de -5,3% no trimestre anterior). A redução da FBC e o aumento da poupança bruta corrente determinaram a redução da necessidade de financiamento externo da economia para 0,7% do PIB (2,1% no trimestre anterior).

**Quadro 5 - Poupança e Capacidade/necessidade de financiamento** unidade: % do PIB

ano acabado no trimestre	Poupança Bruta	Saldo das transferências de capital com o Resto do Mundo	Investimento + Aquisições líquidas de activos não financeiros não produzidos	Capacidade/necessidade líquida de financiamento
2007T2	12,9	1,2	22,4	-8,3
2007T3	13,0	1,2	22,5	-8,3
2007T4	12,7	1,1	22,7	-8,9
2008T1	12,0	1,1	22,9	-9,7
2008T2	11,4	1,1	23,1	-10,6
2008T3	10,9	0,9	23,3	-11,6
2008T4	10,6	1,0	22,9	-11,4
2009T1	9,9	0,8	22,2	-11,4
2009T2	9,6	1,1	21,2	-10,4
2009T3	9,8	1,2	20,6	-9,5
2009T4	9,4	1,2	20,2	-9,6
2010T1	9,6	1,1	20,2	-9,5
2010T2	9,3	1,0	20,4	-10,1
2010T3	9,3	1,0	20,2	-9,8
2010T4	9,8	1,4	20,2	-9,0
2011T1	10,2	1,5	20,1	-8,4
2011T2	9,9	1,5	19,5	-8,1
2011T3	10,3	1,5	19,0	-7,2
2011T4	10,6	1,6	17,7	-5,6
2012T1	10,9	1,7	17,1	-4,5
2012T2	12,5	1,8	16,4	-2,1
2012T3	13,1	2,0	15,8	-0,7

### **Custos do trabalho por unidade produzida (CTUP): redução em 2,4% no 3º trimestre de 2012**

A diminuição dos CTUP acentuou-se, passando de uma taxa de variação de -2,2% no 2º trimestre de 2012, para -2,4% no 3º trimestre de 2012. O contributo da variação da remuneração média (-1,1%) para aquela diminuição foi reforçado pelo aumento de 1,3% da produtividade aparente da economia no 3º trimestre de 2012.



### **Revisões das estimativas apresentadas no trimestre anterior**

As Contas Trimestrais por Sector Institucional agora apresentadas incorporam nova informação com as consequentes revisões das estimativas anteriores de alguns agregados. Relativamente à publicação anterior, referente ao 2º trimestre de 2012, são de destacar:

- i. A Incorporação dos resultados finais das Contas Nacionais e das Contas dos Setores Institucionais para o ano de 2010, com reflexos nas estimativas para os trimestres de 2010 e seguintes. Note-se que as revisões nos saldos dos diversos setores internos refletem em grande medida alterações no saldo do Resto do Mundo, em consequência da revisão das séries de comércio internacional de bens verificada desde 2010. Estas novas séries foram publicadas no passado dia 7 de Dezembro.
- ii. Revisões das Contas Nacionais Trimestrais (CNT) (ver “Destaque” respetivo de 7 de dezembro passado).
- iii. A alteração do registo em Contabilidade Nacional da transferência de Fundos de Pensões para as AP ocorrida no 4º trimestre de 2010, assegurando-se a consistência com as Contas Financeiras também já revistas em conformidade com o novo tratamento desta operação. Esta alteração de registo conduziu a uma melhoria de 1,1% do PIB no saldo global das SF em 2010, por contrapartida de um agravamento no saldo das SNF.



### Nota metodológica

Os resultados apresentados (ver quadros nos ficheiros Excel em anexo) correspondem à primeira versão do 3º trimestre de 2012 das Contas Trimestrais por Sector Institucional (CTSI). Esta versão tem uma natureza preliminar dado que a informação de base utilizada está sujeita a revisões e o tratamento de algumas transações pode ainda ser alterado nomeadamente com a incorporação da informação resultante da compilação de contas anuais.

As Contas dos Setores Institucionais Anuais finais para 2010, cujos quadros são também divulgados, são totalmente consistentes com as Contas de Ramos de Atividade, divulgadas em 7 de Dezembro passado. Informação mais detalhada relativa à sequência de Contas Nacionais Anuais finais de 2010 está disponível na respetiva área do portal do INE.

As CTSI diferem das Contas Nacionais Trimestrais por não serem ajustadas de sazonalidade. Caso nada seja indicado em contrário, a análise descritiva e os gráficos apresentados referem-se ao ano acabado no trimestre de referência (o que permite eliminar flutuações sazonais e reduzir o efeito de oscilações irregulares). Na comparação de trimestres consecutivos são, em regra, utilizadas taxas de variação em cadeia entre o ano acabado em cada trimestre e o ano acabado no trimestre precedente. As CTSI são apresentadas exclusivamente em termos nominais.

Os agregados estimados baseiam-se no Sistema Europeu de Contas (SEC95), sendo de destacar as definições seguintes:

**Capacidade/necessidade de financiamento** - A capacidade ou a necessidade de financiamento é o montante líquido dos recursos que o setor institucional coloca à disposição dos restantes setores (se for positivo) ou que recebe dos restantes setores (se for negativo). Para o total da economia, a capacidade ou a necessidade de financiamento é igual, mas de sinal contrário, à necessidade ou à capacidade de financiamento do resto do mundo.

**Consumo Final** – O consumo final corresponde à despesa realizada por unidades institucionais com a aquisição de bens e serviços para satisfação direta de necessidades humanas, quer individuais, quer coletivas.

**Custos do trabalho por Unidade Produzida (CTUP)** – Mede o custo médio do trabalho por unidade produzida e é calculado como a razão entre a remuneração média por trabalhador remunerado e o PIB real per capita.

**Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF)** – A formação bruta de capital fixo (P.51) engloba as aquisições líquidas de cessões, efetuadas por produtores residentes, de ativos fixos durante um determinado período e ainda determinados acréscimos ao valor de ativos não produzidos obtidos através da atividade produtiva de unidades de produção ou institucionais. Os ativos fixos são ativos corpóreos ou incorpóreos resultantes de processos de produção, que são por sua vez utilizados, de forma repetida ou continuada, em processos de produção por um período superior a um ano.

**Formação Bruta de Capital (Investimento)** – A Formação Bruta de Capital (ou Investimento) inclui a FBCF, a Variação de Existências e a Aquisição (líquida de cessões) de Objetos de Valor.

**Rendimento disponível** – Corresponde ao valor que cada setor institucional dispõe para afetar à despesa de consumo final ou à poupança.

**Rendimento Nacional Bruto (RNB)** – O rendimento nacional bruto (a preços de mercado), representa o conjunto dos rendimentos primários recebidos pelas unidades institucionais residentes: remunerações de empregados, impostos sobre a produção e importação líquidos de subsídios, rendimentos de propriedade (a receber menos a pagar), excedentes de exploração (brutos ou líquidos) e rendimento misto (bruto ou líquido).

**Rendimentos de propriedade** – Corresponde aos rendimentos a receber pelo proprietário de um ativo financeiro ou de um ativo não produzido corpóreo para remunerarem o facto de pôr fundos ou o ativo não produzido corpóreo à disposição de outra unidade institucional.

**Poupança** – É a parte do rendimento disponível que não é afeta à despesa de consumo final. Se a poupança é positiva, o rendimento não despendido é consagrado à aquisição de ativos ou à redução de passivos. Se a poupança é negativa, certos ativos são liquidados ou certos passivos aumentam.

**Produto Interno Bruto (PIB)** – O produto interno bruto a preços de mercado representa o resultado final da atividade de produção das unidades produtivas residentes. Pode ser definido de três formas: 1) o PIBpm é igual à soma dos valores acrescentados brutos dos diferentes setores institucionais ou ramos de atividade, aumentada dos impostos menos os subsídios aos produtos (que não sejam afetados aos setores e ramos de atividade) – ótica da produção; 2) o PIBpm é igual à soma dos empregos finais internos de bens e serviços (consumo final efetivo, formação bruta de capital), mais as exportações e menos as importações de bens e serviços – ótica da despesa; 3) o PIB é igual à soma dos empregos da conta de exploração do total da economia (remunerações dos trabalhadores, impostos sobre a produção e importações menos subsídios, excedente bruto de exploração e rendimento misto do total da economia) – ótica do rendimento.

**Sector institucional** – O setor institucional agrupa as unidades institucionais que têm um comportamento económico similar. As unidades institucionais são classificadas em setores tendo como base o tipo de produtor que são e dependendo da sua atividade principal e função, sendo estes considerados como indicativos do comportamento económico das unidades. Cada unidade institucional pertence a um único setor.

**Taxa de investimento** – Representa o rácio entre a Formação bruta de capital fixo e o Valor acrescentado bruto.

**Taxa de poupança das Famílias** – A taxa de poupança mede a parte do rendimento disponível que não é utilizado em consumo final, sendo calculada através do rácio entre a poupança bruta e o rendimento disponível, ajustado com a variação da participação líquida das famílias nos fundos de pensões.

Informação adicional disponível na área de Contas Nacionais do Portal do INE ([www.ine.pt](http://www.ine.pt)).